

Liberais Clássicos no Ministério da Fazenda: Visões sobre a política econômica de Eugênio Gudin em jornais brasileiros (Agosto, 1954-Abril, 1955)

Classical Liberals in the Finance Ministry: Views on Eugênio Gudin's economic policy in Brazilian newspapers (August, 1954-April, 1955)

Carol Colfield^{a,®}

^aPesquisadora de Pós Doutorado, Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo (FEA/USP);
Doutora pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)
® Contacto: ccolfield@gmail.com

Resumo

Ao assumir o governo logo após o suicídio de Getúlio Vargas, o novo presidente do Brasil, João Café Filho, surpreenderia ao anunciar o economista liberal Eugênio Gudin como ministro da Fazenda. Gudin levaria consigo para a pasta uma equipe de renomados intelectuais técnicos, entre eles, Roberto de Oliveira Campos, Alexandre Kafka e Octávio Gouvêa de Bulhões, este último à frente da Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC), instituição precursora do Banco Central. O presente trabalho busca tecer um breve panorama dos desafios e das contradições enfrentados por aquela equipe em meio a uma forte crise agravada por um ambiente internacional hostil, fruto de posturas assumidas pelo governo anterior. Utilizando os jornais do período como fonte de pesquisa histórica visamos contribuir à compreensão de um momento particular ainda pouco abordado na historiografia.

Palavras-chave

Liberalismo Econômico | Inflação | Desenvolvimento Econômico | Eugênio Gudin Ministro da Fazenda

Códigos JEL

B20 | E31 | P24

Abstract

After taking office, just after Getúlio Vargas committed suicide, Brazil's new president, João Café Filho, would surprise the country by appointing the liberal economist Eugênio Gudin as Minister of Finance. Gudin would choose a team of renowned technical intellectuals, among them Roberto de Oliveira Campos, Alexandre Kafka and Octávio Gouvêa de Bulhões – the latter as the head of the Superintendency of Money and Credit (SUMOC), the precursor of the Brazilian Central Bank. This paper seeks to provide a brief overview on the challenges and contradictions faced by that team while navigating a crisis worsened by a hostile international environment brought on by the previous administration policies. By using newspapers from that period as a source for historical research, we hope to advance understanding of a specific moment that has not been fully studied.

Keywords

Economic Liberalism | Inflation | Economic Development | Eugênio Gudin Minister of Finance

JEL Codes

B20 | E31 | P24

Artigo recebido em 28/10/2022. Aprovado em 16/01/2023.

1. Introdução

“*Alba lapide marcare diem. O Brasil não merece tanto. Too good to be true.*” (CAMPOS, 1994, p. 22). Assim dizia o telegrama que o economista Roberto de Oliveira Campos enviou a Eugênio Gudin, em 26 de

agosto de 1954, dia em que este foi nomeado Ministro da Fazenda pelo presidente João Café Filho, sucessor de Getúlio Vargas.

Vivia-se um momento da maior gravidade em termos políticos e a composição do novo governo, cujo mandato teria uma breve data de validade – as eleições seguintes estavam marcadas para outubro de 1955 – demonstrava nos primeiros movimentos uma tentativa de aglutinar diversas correntes visando construir um sistema democrático afastado do paternalismo varguista.

Ao nomear um grupo marcadamente liberal para a economia que, além de Gudin à frente da pasta da Fazenda, contava com Octávio Gouveia de Bulhões como diretor executivo da então autoridade monetária, a Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC), Café Filho buscava abrir perspectivas que deixassem no passado a agenda populista de seu antecessor. Em pouquíssimo tempo, no entanto, ficariam claros os enormes obstáculos que aquela gestão à frente da Fazenda teria que enfrentar, parte deles colocados por setores dos quais se esperaria um maior apoio a políticas pró-mercado. A natureza não-intervencionista da equipe econômica e seu foco na estabilização a partir de medidas anti-inflacionárias, no entanto, desagradou parte das classes produtoras e alguns setores políticos cuja interpretação do desenvolvimento, contrariamente à visão de Gudin e equipe, atribuía importante papel ao Estado.

Talvez devido à própria brevidade do mandato, são poucas na historiografia as análises exclusivamente dedicadas a um período que poderíamos caracterizar como *sui generis* no comando da política econômica do país, por ter à frente personalidades intelectualmente engajadas no pensar do processo econômico de um ponto de vista próximo ao que se denominaria liberalismo clássico. Esses protagonistas traziam uma sólida formação teórica que havia sido institucionalmente plasmada na fundação, em 1951, do Instituto Brasileiro de Economia, o IBRE. Centro por excelência das discussões em matéria econômica do período, além de destacar-se na produção de dados e de abrigar as duas principais publicações sobre o tema, a *Conjuntura Econômica* e a *Revista Brasileira de Economia*, nas reuniões e eventos que ali se organizavam desfilavam as principais figuras do pensamento econômico nacional e internacional.

Consideramos, portanto, que o resgate desse momento se reveste de interesse ao permitir observar de que maneira foram recebidas, tratadas e discutidas na imprensa brasileira as iniciativas desses intelectuais técnicos à frente da pasta econômica.

2. Os Liberais do IBRE no Ministério da Fazenda

Nos últimos dias do mês de agosto de 1954, a convulsão gerada no Brasil com os desdobramentos posteriores ao suicídio de Getúlio Vargas, como não poderia ser de outra maneira, refletia-se na imprensa. A nova equipe de governo sendo formada pelo sucessor, João Café Filho, não receberia, no entanto, demasiado destaque nos dias que se seguiram à posse; tampouco se deu muita atenção à nomeação de um vociferante liberal como Eugênio Gudin – que até então presidia o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) – para o Ministério da Fazenda, algo que de certo modo parecia indicar a intenção de uma ruptura por parte do novo presidente em relação à economia tal como havia sido conduzida até então.

Um dos jornais a noticiarem o fato com maiores detalhes foi o *Correio da Manhã*¹ que, entre as campanhas que liderara, ainda em 1954, esteve a da oposição ao aumento de 100% do salário mínimo proposta por João Goulart, então ministro do trabalho de Vargas. Na edição de 27 de agosto de 1954 desse veículo, já sob as primeiras luzes do governo Café Filho, esse periódico advertia em editorial sobre a lição a ser aprendida em relação aos efeitos inflacionários do processo de industrialização do Brasil, fundamentalmente quanto à expansão do crédito; por outro lado, exortava o novo governo a implementar uma política que freasse os excessos. Ao concluir, declarava o periódico que no Palácio da Fazenda se encontravam “as chaves para abrir as portas de um futuro melhor para o Brasil.” (*Correio da Manhã* [b]).

¹ Segundo verbete de autoria de Carlos Eduardo Leal, teria sido o diretor do *Correio da Manhã*, Paulo Bittencourt, quem sugeriu a Café Filho o nome de Eugênio Gudin para o Ministério da Fazenda. (FGV. *Correio da Manhã*. Verbetes).

É interessante notar porém que, na mesma página, um suelto intitulado “Único Objetivo” dava indícios de que a pauta liberal não era (nem seria) interpretada da mesma maneira por todos. Nessa nota sugeriu-se ao novo ministro que tornasse “real o aumento do salário-mínimo” propondo para tal fim uma estratégia cujo perfil era em parte intervencionista, ao conclamar a baixa dos preços e a estabilização (*Correio da Manhã* [c]). Embora esse último aspecto estivesse em sintonia com a nova equipe econômica, a fórmula apontada pelo autor anônimo da nota, de certa forma, ia de encontro aos preceitos liberais encampados por Gudin e equipe ao propor uma “nova repartição da renda nacional” nos moldes de “um ‘New Deal’ das mercadorias e serviços” (*Correio da Manhã* [c]), uma referência direta às políticas do presidente estadunidense Franklin D. Roosevelt, cujo mandato se caracterizou por um maciço impulso ao papel do Estado na economia.

Na mesma edição, o *Correio da Manhã* trazia também as primeiras declarações do novo ministro da Fazenda que, logo após ser empossado, prometeu em entrevista que envidaria “todos os esforços para estabilizar os preços” e que sua gestão não seria deflacionária, “mas sim de equilíbrio”. Gudin ressaltou ainda em sua declaração que defenderia a política do café e que revisaria aqueles projetos que implicassem aumento de despesas, concluindo: “Dirigismo econômico é uma distração para os economistas desocupados. A política econômica orientada no governo passado é de grande primarismo” (*Correio da Manhã* [a]).

No dia 28 de agosto, o mesmo *Correio da Manhã* reproduziu outra fala de Gudin na qual apresentava, em linhas gerais, qual seria a política econômica e financeira a ser implementada. No discurso, declarou que o governo de Café Filho não seria de realizações e empreendimentos, por entender que o mal-estar econômico era fruto justamente do excesso de iniciativas, de um consumo excessivo de mercadorias e serviços e de uma despesa superior às possibilidades materiais, sustentada por injeções monetárias que precisariam ser urgentemente reduzidas. Em termos de desenvolvimento, prosseguia o novo ministro da Fazenda, o governo iria concentrar-se nos setores de transportes e energia elétrica e orientaria a política monetária no sentido de frear a inflação a um ritmo que não afetasse a produção. Gudin acreditava ainda que a anterior política cafeeira voltada a manter a cotação do produto em níveis elevados, não fora acertada; comprometia-se, entretanto, a defendê-la de manipulações. Quanto às políticas de comércio exterior, prometia manter o que havia sido implementado por meio da Instrução 70 da SUMOC, de iniciativa do anterior ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha (*Correio da Manhã* [d]).²

Na mesma matéria, o *Correio da Manhã* destacava a repercussão positiva da notícia da nomeação de Gudin para a Fazenda por ser seu nome bem conhecido nos círculos econômicos internacionais. Esperava-se ainda, segundo a reportagem, que mesmo após assumir o novo cargo, Gudin pudesse comparecer à IX Reunião Anual Conjunta da Diretoria de Governadores do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional a realizar-se entre 24 e 29 de setembro de 1954 em Washington, D.C. (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 1951, p. 106).³

Outro jornal que deu significativa cobertura à chegada de Gudin à Fazenda foi o *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, jornalista e político liberal que combatia veementemente a política varguista, ainda no período conhecido como *Estado Novo*, e que foi em parte pivô na crise que teve como desfecho o suicídio de Getúlio Vargas.⁴ Em um resumo inicial, a *Tribuna* exaltou a política que se inaugurava, a qual girava em torno a cinco pontos que podiam ser resumidos da seguinte maneira: 1. O cuidado intenso da política cafeeira contrária ao mínimo-ouro estabelecido para o café; 2. A estabilização dos preços; 3. Um reexame dos processos mediante os quais se havia procurado conter a inflação; 4. O controle de crédito e despesas; 5. A extinção da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), assim como de outras autarquias econômicas. Mas o ponto principal enfatizado pelo periódico era que a política do novo ministro seria fortemente anti-inflacionária. A nomeação de Octávio Bulhões para a diretoria executiva da SUMOC também era destacada pela *Tribuna* que caracterizava o novo dirigente como alguém que, tanto no Conselho

² A Instrução 70, implementada em 9 de outubro de 1953, introduziu um regime de taxas de câmbio múltiplas por meio de um sistema de leilões. Para uma análise detalhada sobre esse sistema e suas implicações teóricas ver KAFKA, 1956.

³ Eugênio Gudin foi nomeado Governador do Brasil no FMI em 20 de março de 1951 em substituição a Francisco Alves dos Santos Filho. A partir dessa data, participaria das reuniões anuais conjuntas desses organismos.

⁴ Carlos Lacerda, um dos principais opositores de Vargas, foi alvo-protagonista do episódio conhecido como “atentado da Rua Tonelero”, ocorrido em 5 de agosto de 1954, que vitimou o major-aviador Rubens Florentino Vaz. Os rápidos desdobramentos desse evento intensificaram a etapa da crise política em curso que culminou com o suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954.

Nacional de Economia quanto no Instituto Brasileiro de Economia, “sempre se bateu contra a política inflacionária do governo passado” (*Tribuna da Imprensa* [a]).

O antagonismo à mudança de rumo na cúpula da economia brasileira, no entanto, não se faria esperar. Entre as estratégias dos opositores estavam os constantes rumores que tinham que ser permanentemente desmentidos pela equipe, principalmente porque, numa pasta sensível como a da Fazenda, o teor dos mesmos poderia provocar alterações nas bolsas, impactar os preços de produtos ou ainda afetar negativamente a imagem do Brasil no exterior, obstaculizando o acesso aos financiamentos estrangeiros necessários tanto para enfrentar os efeitos da crise quanto para implementar uma agenda de crescimento.

No plano internacional, as primeiras avaliações sobre a nova equipe, a princípio, trouxeram mensagens otimistas, embora se destacasse a urgência na solução da crise financeira que assolava o Brasil. A *Tribuna da Imprensa* encarregou-se de levar ao público os comentários do hebdomadário britânico *The Economist*, que examinava as possibilidades do governo Café Filho. Ali salientavam-se as dificuldades que o país enfrentava oriundas da falta de divisas estrangeiras necessárias para aumentar a produção e da pressão dos salários, entre outros fatores. Além disso, qualificava-se a tentativa brasileira de manter em alta o preço do café como um “tiro que saiu pela culatra” (*Tribuna da Imprensa* [b]).

Esse cenário era também marcado pela urgente necessidade de conter-se a inflação e de executar-se um vasto programa de industrialização. O *The Economist*, ainda segundo a *Tribuna*, previa que para restabelecer a situação financeira, o país precisaria de apoio estrangeiro. Nesse sentido, instava as nações livres a oferecerem esse apoio, colocando o Brasil como “o único contrapeso efetivo à Argentina do General Perón”, já que de sua estabilidade, dizia o periódico britânico, dependia a do hemisfério ocidental (*Tribuna da Imprensa* [b]).

A mesma reportagem da *Tribuna* registrava também o otimismo gerado nos Estados Unidos em relação à nomeação de Gudin, reiterando a já mencionada expectativa nos meios econômicos daquele país em torno à presença do ministro em Washington “para tratar de seus planos com respeito aos sérios problemas monetários e fiscais do Brasil” (*Tribuna da Imprensa* [b]).

Em meados de setembro de 1954, vários jornais brasileiros anunciaram a confirmação da tão comentada viagem aos Estados Unidos, para onde Eugênio Gudin seguiria acompanhado de dois de seus assessores mais próximos, os economistas Alexandre Kafka e Walter Blomeyer. No dia 14 do mesmo mês, o *Diário Oficial da União*, na seção dedicada às decisões do Ministério da Fazenda, publicava que, “[d]e conformidade com a alínea ‘a’ da Seção 5 do Regimento do Fundo Monetário Internacional”, Kafka havia sido designado “para, na qualidade de Governador Adjunto, temporário, representar o Brasil no Conselho de Governadores do referido Fundo” (BRASIL [a]). Walter Blomeyer, por decreto do mesmo dia, era designado “Assessor da Delegação Brasileira à 9ª Reunião Conjunta do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional de Desenvolvimento” (BRASIL [a]).

Exatamente no mesmo dia em que o *Diário Oficial* publicava as nomeações em preparação à viagem do Ministro da Fazenda, o Presidente Café Filho fez um longo discurso dirigido ao povo brasileiro que foi transmitido através do programa radial *Voz do Brasil*. Em sua fala, detalhou a difícil situação financeira em que se encontrava o país, reconhecendo que já não bastavam diagnósticos ou indicações terapêuticas; em vez de promessas, urgiam soluções. Embora o país estivesse emergindo de um cenário qualificado como “a maior crise política e militar”, no âmbito da economia a crise se tornava cada vez mais angustiante. Entretanto, dizia o presidente, o quadro que o Brasil enfrentava não era responsabilidade exclusiva da administração que o antecederia, mas sim fruto de uma sucessão de erros acumulados do passado e dos reflexos da conjuntura mundial (CAFÉ FILHO, 1954).

Disposto a “falar claro e franco”, Café Filho elencou em seu discurso os diversos gargalos que asfixiavam a economia brasileira, usando como ponto de partida a situação orçamentária. Nesse aspecto, as dificuldades se aprofundavam pela existência de dois cálculos de contas provisionais, o orçamentário e o extra orçamentário, este último concernente às autarquias, em si mesmas deficitárias. Outro problema que precisaria ser resolvido era o impacto do custo de vida decorrente da alta geral dos salários decretada nos últimos meses do governo Getúlio Vargas que, como já foi mencionado, foi alvo de duras críticas desde a primeira tentativa de

implementação. Sobre esse ponto disse o novo presidente em seu discurso: “Não me sinto honestamente em condições de convencer as classes operárias de que é possível duplicar os salários sem elevar os custos da produção e, portanto, os preços de todas as utilidades” (CAFÉ FILHO, 1954). Tratava-se de uma clara busca buscava demonstrar o potencial inflacionário da medida.

Após clamar pela compreensão da população, Café Filho abordou em seu discurso a situação cambial recorrendo para tal fim a um estudo feito pelo Ministério da Fazenda que demonstrava encontrar-se aquela “eivada de dificuldades” relacionadas principalmente à política cafeeira. Esta, baseada em um sistema de manutenção dos preços, resultou numa grande redução das receitas cambiais nos meses anteriores, que haviam chegado a menos da metade do nível normal. O país, portanto, precisaria reduzir ao máximo as despesas em moeda estrangeira e os gastos no exterior, medida essa que se veria dificultada pela necessidade de importação de petróleo e pelas consequências oriundas da postura adotada por Vargas ao recusar a cooperação estrangeira no âmbito da campanha “o petróleo é nosso”, entre outras manifestações (CAFÉ FILHO, 1954).

A alta inflação, talvez o problema que mais preocupava Eugênio Gudin, foi também posta em evidência no discurso de Café Filho, identificando como uma das causas de seu agravamento a expansão excessiva do crédito. Em relação a esse aspecto, o presidente explicou: de 1950 a 1953, enquanto a produção havia tido um crescimento anual de 5%, os empréstimos à produção total haviam aumentado em 41% e a assistência aos bancos em 62%. Já as emissões de papel-moeda haviam crescido, no mesmo período, a uma taxa de 12% ao ano, atingindo o ponto máximo em agosto de 1954. A inflação, portanto, não podia ser explicada pela falta de produção que crescia a um ritmo excelente, mas à quantidade de dinheiro em circulação.⁵

Assim, levando nas malas esses e outros números, espelhos de uma grave crise econômica, Gudin, Kafka, e Blomeyer partiram para os Estados Unidos em 19 de setembro de 1954 para cumprir uma agenda de compromissos orientados principalmente a convencer investidores e banqueiros norte-americanos de que o Brasil estava sob nova direção. A tarefa não seria fácil. No segundo governo Vargas, os sinais enviados pelo Brasil aos investidores estrangeiros haviam oscilado entre confusos ou abertamente hostis, criando um clima de desconfiança.⁶

Rumores que eram reproduzidos no exterior sobre as intenções da nova equipe econômica também causavam sérios problemas. Um exemplo foi o incidente em torno a uma notícia que o *The New York Times* publicara em 17 de setembro de 1954, na qual se anunciava que o governo brasileiro desvalorizaria a moeda nacional. Ainda durante o voo de ida, Gudin ditou uma nota a Blomeyer que foi entregue aos jornalistas na chegada aos Estados Unidos explicando que a raiz do boato estava em uma antiga fala do Ministro a seus alunos da Universidade do Brasil na qual dissera que, às vezes, a inflação tornava necessária a desvalorização. Segundo relato de *O Jornal*, Gudin atribuiu a origem do vazamento, naquele momento, provavelmente a “interesses do grupo do mercado do café” (*O Jornal* [a]).

Após três semanas de viagem, o desempenho do ministro e de seus dois assessores foi, de maneira geral, bastante elogiado na imprensa nacional e internacional. Uma reportagem publicada no *O Jornal* do Rio de Janeiro, por exemplo, reproduz a repercussão dada à visita pelo semanário americano *Time*, que destacou como uma conquista a prorrogação, por três meses, do prazo de um empréstimo que havia sido concedido ao Brasil em julho de 1953 e a obtenção de um novo, de origem privada, ambas ações vistas como laudáveis, considerando-se a dificuldade do contexto.

Reproduzindo a matéria da *Time*, lia-se no *O Jornal* que “o arguto economista [Gudin], que é professor universitário, revelou-se também um bom político” ao convencer seus interlocutores do empenho do governo brasileiro em aumentar as exportações, diminuir as importações, fomentar os investimentos estrangeiros, lutar contra a corrupção e reduzir ao mínimo indispensável os gastos públicos. A *Time*, segundo *O Jornal*, concluiu com a afirmação de que só assim “foi que o ministro, com sua astúcia de caçador exímio, fez a sua pontaria visando o ‘coelho’ que havia prometido ao presidente Café Filho” (*O Jornal* [b]).

⁵ Os aspectos danosos da inflação ainda não eram unanimidade entre os economistas. Muitos viam na aplicação de medidas anti-inflacionárias um risco ao processo de desenvolvimento econômico.

⁶ Dentre os elementos que aprofundaram a crise com o investidores estrangeiros durante o segundo governo Vargas destaca-se um discurso por ele proferido pelo presidente em 31 de dezembro de 1951 no qual denunciou uma suposta espoliação provocada pelo capital estrangeiro. No âmbito legislativo houve também atritos nesse sentido, principalmente em torno à proposta brasileira de reformulação da lei de remessa de lucros de empresas estrangeiras ao exterior, proposta em janeiro de 1952. Essa ambiente causaria desconfiança entre os investidores internacionais.

3. As Primeiras Medidas: Objetivos e Polêmicas

O retorno do ministro e assessores ao Brasil foi marcado pela adoção subsequente de uma série de medidas voltadas, principalmente, a estabilizar o poder de compra do cruzeiro, moeda então vigente, e assim diminuir a pressão inflacionária. Essa estabilização se mostrava fundamental não somente no âmbito interno da economia mas também no externo. Nesse sentido, a edição em língua inglesa da revista *Conjuntura Econômica*, em novembro de 1954, daria seu aporte ao explicar aos leitores internacionais os esforços do novo governo nesse sentido. Em primeiro lugar, a publicação destacava que as importações do governo não mais receberiam tratamento preferencial como antes, devendo sujeitar-se ao prêmio de câmbio mínimo nas respectivas categorias de importações, dentro do âmbito dos leilões cambiais, reduzindo assim as importações do governo e refletindo favoravelmente na balança de pagamentos (*Conjuntura Econômica*, 1954 [a], p. 4).

A *Conjuntura* detalha, na mesma edição, duas das medidas implementadas em 14 outubro do mesmo ano pela SUMOC, por meio das instruções números 105 e 106. O objetivo da primeira, que limitou os juros para depósitos bancários de 18 meses ou mais a um mínimo de 3% e a um máximo de 7%, segundo a revista, parecia eliminar a competição desleal entre bancos menos sólidos e mais sólidos, obrigando os primeiros a pagar altíssimas taxas de juros para atrair depósitos e evitar a falência. Ao mesmo tempo, a 105 estaria direcionada a criar condições para o aumento das reservas dos bancos quando fosse necessário. Já a Instrução 106 tinha como objetivo “criar um teto qualitativo e quantitativo para os créditos bancários, particularmente para restringir o uso excessivo de redescontos em lugar dos depósitos que deveriam ser a principal fonte de fundos bancários” (*Conjuntura Econômica*, 1954 [a], p. 5).

Outro ponto observado foi o estabelecimento de várias taxas de redesconto dependentes da finalidade, sendo que as mais baixas seriam aplicáveis a papéis do governo (3%) e as mais altas a notas promissórias (10%). Entre as duas ficavam as notas agrícolas (5%) e as comerciais (8%). Esperava-se com isso, dizia a *Conjuntura*, “estimular o redesconto de notas ligadas a atividades reais de produção e restringir as de natureza especulativa tais como as notas promissórias”. (*Conjuntura Econômica*, 1954 [a], p. 5).

Ainda em outubro, a mesma publicação informava a seus leitores que o governo anunciara a proposta de revisar a legislação sobre o imposto de renda como arma anti-inflacionária. Pretendia-se alterar os chamados “impostos progressivos” para aumentar a contribuição dos níveis mais elevados e ampliar a base de isenções para reduzir os custos de arrecadação. (*Conjuntura Econômica*, 1954 [a], p. 6).

Uma das reações contrárias mais imediatas às instruções 105 e 106 viria do setor financeiro. Na mesma semana em que foram promulgadas as duas medidas, diversas instituições do Distrito Federal, convocadas pelo Sindicato de Bancos, se reuniram para analisar as consequências das novas regras sobre juros, fato ironizado pelo jornal oposicionista de esquerda, *Imprensa Popular*, que usou em reportagem o título: “Consegue Gudin Descontentar até os Próprios Banqueiros” (*Imprensa Popular* [a]). Segundo o periódico, a assembleia reunira cinquenta e nove bancos e a quase totalidade de seus representantes mostrou-se contrária à Instrução 105 por considerar que o tabelamento de depósitos não traria qualquer vantagem; quanto à 106, os congregados consideravam que o aumento da taxa de redescontos prejudicaria as suas instituições. Na reportagem afirma-se ainda que o presidente do Sindicato dos Bancos, Inar Dias Figueiredo, teria afirmado que somente as instituições estrangeiras votaram contrariamente ao pedido de revogação das instruções que se pretendia solicitar ao Ministro Gudin (*Imprensa Popular*, [a]).

No dia seguinte, 20 de outubro, outro jornal oposicionista, o *Última Hora*, este porta-voz do varguismo, lançava duras críticas ao que chamou de “as duas primeiras providências de caráter técnico” tomadas por Gudin, já que para o periódico, o novo ministro até então “havia apenas falado e passeado”, uma referência à viagem aos Estados Unidos, anteriormente mencionada. Na mesma reportagem, depois de tecer vários comentários pejorativos à pessoa de Gudin, a quem chamou de “estranho Pacheco das finanças”, as críticas voltaram-se contra o aspecto técnico das medidas tomadas. A consequência lógica das mesmas, previa-se, seria somente que os bancos obteriam menos depósitos já que, “com seu encaixe reduzido, sem poderem operar no Redesconto”, o crédito se retrairia fortemente, “estrangulando o comércio, a indústria e a lavoura

de maneira jamais vislumbrada pelos mais impenitentes pessimistas”. Finalmente vaticinava: “A usura voltará a imperar. As ‘comissões’ por fora passarão a ser regra. A sonegação de impostos não conhecerá limites” (*Última Hora*).

A equipe econômica, entretanto, firme no propósito de controlar a inflação, baixou em 22 de outubro de 1954 baixou, por meio da SUMOC, mais uma Instrução, a de número 108 – na verdade, um complemento à 105 – voltada a “coibir a excessiva expansão dos meios de pagamento através do sistema bancário” e a diminuir “o ritmo de crescimento das aplicações oriundas dos aumentos de depósitos” (SUMOC, Instrução No. 108, 1954). O item I da Instrução determinava que os depósitos que os bancos deveriam manter no Banco do Brasil, à ordem da Superintendência da Moeda e Crédito, passariam de 4% para 14% sobre o montante de depósitos à vista e de 3% para 7% sobre depósitos a prazo fixo. Essa disposição, no entanto, se aplicava aos estabelecimentos cujos depósitos ultrapassassem o saldo máximo registrado nos balancetes mensais daquele ano, até 31 de outubro. Segundo a *Conjuntura Econômica*, essa seria uma forma de aliviar o drástico aumento. (*Conjuntura Econômica*, 1954 [b], p. 6).

A *Conjuntura* explicava ainda que a razão que levava à adoção da medida se baseava no substancial aumento dos depósitos em bancos comerciais, entre agosto e outubro daquele ano, a raiz do aumento do valor do financiamento oficial do café após um período de retração do mercado de Nova York para aquele produto. (*Conjuntura Econômica*, 1954 [b], p. 5). Esperava-se como resultado, dizia a revista, que as restrições no crédito tivessem consequências favoráveis ao comércio exterior, já que a retração nas compras de produtos brasileiros se atribuía à falta de confiança na estabilização da taxa de câmbio do cruzeiro. (*Conjuntura Econômica*, 1954 [b], p. 7).

Em 22 de outubro, mesmo dia em que foi baixada a Instrução 108, Eugênio Gudín explicou em coletiva de imprensa o propósito das recentes medidas. Um dos periódicos que reproduziu de maneira mais detalhada a fala do Ministro, foi *O Estado de S. Paulo*. Ali mostra-se que Gudín teria enfatizado o compromisso da equipe e do governo para conter o surto inflacionário que se abatia sobre o país, citando como uma das providências mais importantes suprimir, ou ao menos atenuar, o déficit orçamentário, além de reduzir o ritmo da expansão do crédito. Esse último ponto foi corroborado pelo ministro por meio de alguns números que demonstravam que, enquanto a produção brasileira crescia a um ritmo de 5%, o crédito à produção aumentava em 41%; já o aumento do crédito aos bancos particulares por meio da Carteira de Redescostos, Caixa de Mobilização Bancária e Banco do Brasil era da ordem de 62% (*O Estado de S. Paulo* [a]).

Outro dos problemas elencados por Gudín e reproduzidos na reportagem d’*O Estado de S. Paulo* referia-se às enormes emissões de papel-moeda “indo cair em parte nas caixas dos bancos que, com maiores encaixes, têm tendências a aumentar as suas aplicações, isto é, a proceder a uma expansão de crédito”. (*O Estado de S. Paulo* [a]). O ministro qualificava esse mecanismo como “tudo quanto há de mais prejudicial à economia do País no presente momento. Daí a instrução 108, que acaba de ser aprovada”. (*O Estado de S. Paulo* [a]).

O fragor contrário em torno à Instrução 108 resultou ser maior do que em relação às duas instruções anteriores, movimentando não somente setores produtores como também representantes no congresso que, poucos dias depois da promulgação da medida, convocaram a presença de Gudín para esclarecimentos. Uma dessas convocações originou-se no Senado, por meio do Senador Onofre Gomes que publicamente fizera diversas indagações sobre a medida (*Correio da Manhã* [d]). Outra viria da Câmara, por meio do deputado trabalhista Barreto Pinto que, tal como Gomes, formulara de antemão uma série de perguntas a serem encaminhadas ao ministro que, além da instrução 108, também tratavam de temas como a regulação do funcionamento da Petrobrás, a veracidade das declarações sobre a situação econômica do Brasil nos Estados Unidos e a política do café (*O Jornal* [c]).

Na mesma semana seria a vez dos banqueiros paulistas manifestarem seu descontentamento contra as portarias da SUMOC, tal como informado em 30 de outubro de 1954 pelo *Correio Paulistano*. Segundo o periódico, depois de “acurados estudos” sobre as instruções 105, 106 e 108, o Sindicato dos Bancos resolveu encaminhar um telegrama ao ministro da Fazenda no qual se afirma que o conteúdo das medidas perturbaria “a normalidade das transações legítimas da lavoura, da indústria e do comércio, além de não alcançar os fins a que se destinam.” (*Correio Paulistano* [a]). Sugere-se ainda a suspensão das Instruções.

O periódico, no entanto, informou que, ao ouvir alguns banqueiros, se notavam opiniões divididas já que, se por um lado, via-se como acertada a decisão que visava moralizar as transações bancárias, por outro, a fixação da taxa máxima paga pelos bancos estabelecida pela Instrução 105, dizia-se, prejudicaria “o desenvolvimento das pequenas casas de crédito” (*Correio Paulistano* [a]). Os banqueiros presentes à reunião acreditavam ainda que a maior inflação de crédito era causada pelo Banco do Brasil e portanto recomendavam que a medida começasse por esse banco. O mesmo se aplicaria em relação à Instrução 106, já que, segundo os representantes ouvidos pelo *Correio Paulistano*, quem mais redescontava era também o Banco do Brasil. Opinavam ainda que “essas providências só poderiam ser admitidas como medida anti-inflacionária se o dinheiro recolhido pelos bancos ao Banco do Brasil fosse mantido fisicamente na caixa do referido banco ou então incinerado” (*Correio Paulistano* [a]).

No mesmo 30 de outubro de 1954, *O Estado de S. Paulo* reproduzia a posição da indústria paulista em relação às instruções 105, 106 e 108 por meio das palavras de Manoel da Costa Santos, diretor do Departamento de Economia e presidente da Assessoria Econômica da Federação e do Centro de Indústrias, para quem “era surpreendente que a redução da taxa de juros fosse determinada, contrariando a praxe internacional, num momento em que se aumentam as taxas de redescontos, pois, o aumento destas é consequência da escassez de fundos líquidos nos bancos” (*O Estado de S. Paulo* [b]). Segundo Costa Santos, a medida forçaria os depositantes a procurarem aplicações em outros setores mais rentáveis. Para a indústria, porém, prosseguia, o maior problema estava na instrução 106 que ao aumentar as taxas de redescontos criaria “novas dificuldades para o escoamento da produção nacional e, em particular, para o desenvolvimento da indústria” (*O Estado de S. Paulo* [b]). Nesse sentido, alertava para o perigo de reduzir-se bruscamente o volume dos créditos bancários, baseando-se a análise nas experiências já implementadas em outros países. Isso se aplicava também à instrução 108, que, segundo o representante do setor industrial, teria desconsiderado ponderações anteriores dos sindicatos de bancos, procedendo a um “aumento brusco da porcentagem de recolhimento, a fim de completar com esta medida a sua política de restrição de crédito” (*O Estado de S. Paulo* [b]). Ao finalizar, acrescentou Costa Santos:

Em suma, pensamos serem desastrosas alterações excessivas e bruscas como as estabelecidas pelas recentes Instruções da SUMOC. A adoção de indiscriminadas medidas de restrição do crédito não contribuirá, a nosso ver, para resolver satisfatoriamente, as nossas dificuldades. Antes, poderá agravá-las se as forças deflacionárias desencadeadas, dificilmente controláveis, resultarem no desestímulo aos setores da produção nacional (*O Estado de S. Paulo* [b]).

As críticas às Instruções 105, 106 e 108 também se fizeram ouvir na Sexta Convenção dos Industriais do Interior do Estado de São Paulo, realizada em São João da Boa Vista em novembro de 1954, na qual, em diversos pronunciamentos, houve pedidos para a revogação das medidas (*O Estado de S. Paulo* [c]). A mesma demanda havia sido feita pela Associação Comercial de São Paulo por meio de seu então presidente, João de Pietro, que encaminhara um telegrama a Octávio Gouveia de Bulhões cuja resposta foi reproduzida pelo *Correio Paulistano* de 7 de novembro de 1954. Dela destacamos o parágrafo que melhor reflete a posição da equipe econômica em relação ao tema:

Toda restrição traz embaraços. Prejuízos maiores, porém, vem sofrendo a coletividade com a atual situação inflacionária que já chegou aos limites de grave inquietação social. As medidas restritivas das citadas instruções não são drásticas, a meu ver, uma vez que visam a diminuição da expansão nos meios de pagamento e de forma alguma a sua retração (*Correio Paulistano* [b]).

Argumentos como o do parágrafo anterior foram elencados, ainda em meio aos acontecimentos, em um artigo que traduziu em parte o momento vivido pela equipe econômica do novo governo. Publicado na edição de novembro de 1954 d’*O Observador Econômico e Financeiro* sob o título “Gudin Enfrenta a Inflação”, logo no primeiro parágrafo exprime-se: “Três meses apenas de administração, e raras vezes se

assistiu nos últimos anos a um movimento de reação às providências de um Ministro da Fazenda, como o que está ocorrendo, em relação ao Sr. Eugênio Gudín.” (*O Observador Econômico e Financeiro*). Já o método era destacado pelo periódico da seguinte maneira:

A reação às providências do Ministro Eugênio Gudín vem obedecendo a uma sistemática organizada. Telegramas são remetidos pelas entidades de classe – Associações Comerciais e Sindicatos dos Bancos – sugerindo que se inicie a deflação (“desinflação”, segundo o Ministro da Fazenda), de maneira mais suave”.

4. A Reunião de Ministros da Fazenda e Economia das Américas

Um momento de trégua para a equipe econômica do governo Café Filho, sem embargo, teve lugar durante a chamada Reunião de Ministros de Economia e da Fazenda das Américas, ou Conferência Econômica do Rio [Rio Economic Conference], como ficou conhecida, realizada entre 22 de novembro e 2 de dezembro de 1954 no Hotel Quitandinha, em Petrópolis. A conferência, tal como outras organizadas em diversas ocasiões no pós-guerra, buscava reparar as então estremecidas relações econômicas dos Estados Unidos com a América Latina e formular um quadro de políticas básicas. O processo que resultou no conclave tivera início 9 de abril de 1954 quando o presidente americano Dwight Eisenhower nomeou um sub-gabinete para a preparação das linhas que orientariam a posição de seu país nesse encontro. O grupo estabeleceu uma série de propostas ao longo de vinte e quatro reuniões mantidas entre 24 de maio e 16 de novembro de 1954, as quais foram encaminhadas ao *Comitê Interdepartamental sobre Assuntos Econômicos Latino-Americanos* [Interdepartmental Committee on Latin American Economic Affairs (EA)] encabeçado pelo Embaixador Merwin L. Bohan, representante dos Estados Unidos no Conselho Econômico e Social Interamericano [Inter-American Economic and Social Council] (USA. DEPARTMENT OF STATE).⁷

No dia 16 de novembro seguinte, o Presidente Café Filho assinou o decreto que designava a delegação que representaria o Brasil. Por tratar-se de uma reunião de Ministros da Fazenda ou Economia, à frente do grupo brasileiro estava, obviamente, Eugênio Gudín, tendo como delegados substitutos Clemente Mariani Bittencourt, recém nomeado Presidente do Banco do Brasil, Octávio Gouvêa de Bulhões, Diretor Executivo da SUMOC e Herculano Marcos Borges da Fonseca, Superintendente da mesma instituição. Entre os consultores da delegação figuravam vários economistas que, de uma forma ou outra estavam vinculados ao IBRE; entre eles, Alexandre Kafka e Roberto de Oliveira Campos representando o Ministério da Fazenda, José Garrido Torres – então diretor da revista *Conjuntura Econômica* – e Luiz Dodsworth Martins, ambos do Conselho Nacional de Economia, além de Luiz Simões Lopes, presidente da Fundação Getúlio Vargas. Também participaram alguns técnicos da nova geração de economistas do Instituto como Julian A. M. Chacel e Isaac Kerstenetzky (BRASIL [b]).

A reunião foi dividida em quatro comissões voltadas aos seguintes assuntos: 1) Comércio Internacional; 2) Desenvolvimento Econômico; 3) Transportes; 4) Outros Assuntos Econômicos e Financeiros (*Correio da Manhã* [f]). Delas resultaram algumas importantes propostas como, por exemplo, a que foi aprovada em torno à política do café, fruto da união dos produtores do continente que, em discussão com os representantes dos Estados Unidos, decidiram formar um comitê para que, a partir de estudos sobre a situação do produto, se adotassem “medidas de cooperação internacional capazes de reduzir apreciavelmente as oscilações no preço do café e mantê-lo em limites justos, razoáveis tanto para os produtores quanto para os consumidores”

⁷ Bohan também havia liderado a delegação norte-americana durante os trabalhos da *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos* (CMBEU), missão cujo objetivo era a criação de um programa para reequipar os segmentos mais importantes da economia e implementar iniciativas visando a assistência técnica. Diferente de outras reuniões do gênero organizadas anteriormente – Missões Cooke (1942) e Abbink (1948) – a CMBEU buscou implementar um sistema de cooperação entre os dois países que incluísse financiamentos. Produto de ações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos, a Comissão iniciou os trabalhos em 19 de julho de 1951 e foi estabelecida a partir do intercâmbio de documentos assinados pelos então presidentes Eurico Gaspar Dutra e Harry S. Truman em 19 de dezembro de 1950. Após um ano de trabalhos, que se encerraram em 31 de julho de 1952, a CMBEU produziu um documento que foi entregue em 31 de dezembro de 1953 aos novos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos – Getúlio Vargas e Dwight D. Eisenhower – no qual se reconhecia a importância dos acordos bilaterais e o trabalho das conferências anteriores. O relatório destacava ainda o valor dos “estudos gerais da economia brasileira que sentaram as bases para a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico”. (INSTITUTE of Inter-American Affairs, 1954).

(*Correio da Manhã* [g]). Em relação aos investimentos e operações de empréstimo, entretanto, a primeira semana de discussões no Quitandinha foi marcada pelo desânimo entre os representantes das delegações latino-americanas ao ficar claro que os Estados Unidos não teriam interesse em ir além das condições já existentes.

O mal-estar na América Latina quanto ao que era visto como um descaso por parte dos Estados Unidos em relação aos aliados no continente que tanto haviam contribuído durante a Segunda Guerra esteve presente desde o imediato pós-guerra, principalmente após o advento e implementação do Plano Marshall. O tema havia sido exposto nos mais diversos conclaves, principalmente naqueles organizados pelas classes produtoras, tais como os eventos do Conselho Interamericano de Comércio e Produção que em sucessivas reuniões cobrava, com pouquíssimo êxito, que os Estados Unidos dividissem o foco na reconstrução da Europa com as nações vizinhas.

A posição norte-americana era criticada também pelo ministro Eugênio Gudin. Na reunião de governadores do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, da qual participou em setembro de 1954 já como ministro da Fazenda, havia exposto suas ideias a respeito em um debate organizado em torno ao tema “Investimentos Internacionais Privados”.

Um relato sobre essa reunião foi publicado no *Digesto Econômico* pelo geólogo e engenheiro Glycon de Paiva.⁸ No debate do FMI, além de Gudin, participaram o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, George M. Humphrey – que também estaria presente na conferência do Quitandinha –, o Chanceler do Erário do Reino Unido, Richard Austen Butler e o Ministro das Finanças da Índia, Sir Chintaman Deshmukh.

Segundo o relato de Glycon de Paiva sobre o evento, a visão de Gudin em relação à atitude dos países exportadores de capital poderia ser resumida na seguinte frase: “De certa maneira, chega-se a pensar que os Estados Unidos têm mais jeito para dar do que para emprestar” (cf. DE PAIVA, 1955, p. 28). Era uma clara referência à grande quantidade de dinheiro destinada à reconstrução da Europa por meio do Plano Marshall e do Plano de Segurança Mútua, algo que contrastava com o que Gudin denominou “pequena vazão de capital” em relação aos países subdesenvolvidos.

Embora Gudin reconhecesse a responsabilidade que cabia aos países receptores de investimentos quanto às barreiras ao capital privado – entre elas, as ameaças de expropriação, a pressão inflacionária e aquilo que caracterizou como uma atitude nacionalista – atribuíu cota semelhante aos Estados Unidos, elencando, em primeiro lugar, o fato de que esse país competia com aqueles que eram produtores de bens primários. Considerava ainda que, diferentemente da Grã-Bretanha, os Estados Unidos ainda não haviam compreendido “o caráter multiplicador do investimento internacional”, no que se refere às condições que surgem em cada país receptor de capitais em termos de emprego, renda e expansão de mercados. Outro obstáculo identificado por Gudin, era prática imposta pelos Estados Unidos de tributar os capitais investidos no exterior nos dois territórios, uma ação que, de certo modo, acabava tendo um caráter punitivo. (DE PAIVA, 1955, p. 28)

A questão da tributação, aliás, seria intensamente discutida na reunião de ministros da Fazenda e Economia no Quitandinha. Na subcomissão de financiamento – vinculada à comissão de desenvolvimento econômico – o destaque foi um projeto sobre o tema proposto pela delegação do Brasil. Segundo reportagem publicada no *Diário de Notícias* em 1 de dezembro de 1954, a proposta era, na véspera de encerramento do conclave, a mais importante em discussão, estendendo-se noite adentro. O motivo para a delonga era que os Estados Unidos haviam levantado objeções a ela, alegando que “feria uma questão de territorialidade”. Os representantes norte-americanos consideravam que cabia a seu país “o direito de taxar livremente os capitais de retorno” (*Diário de Notícias* [a]).

Quanto à posição brasileira, o mesmo periódico, no dia seguinte ao término do encontro, o consultor do ministro da Fazenda Alexandre Kafka que defendia a abolição das iniquidades que pudessem ser produzidas pela renda de investimento de capitais no estrangeiro. Assim como o ministro brasileiro, Kafka também pleiteava a eliminação da tributação. Na entrevista, o economista destacou a maneira como o Brasil

⁸ Em março de 1955, Glycon de Paiva foi nomeado por Gudin ao cargo de presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), tendo Roberto Campos como diretor superintendente da instituição fundada em 1952. Na posse, ambos técnicos enfatizaram o compromisso com a austeridade e o combate à inflação, esta última vista como mecanismo que “estrangula o desenvolvimento do país” (*Correio da Manhã*, 1955 [j]).

sustentou na Conferência do Rio o princípio da territorialidade, defendendo postura de que cabia ao Estado o papel de tributar somente a renda produzida no próprio território.

O economista explicava que, por um lado, a eliminação da bitributação facilitaria os investimentos de capital nos países menos desenvolvidos; por outro, beneficiaria os mais desenvolvidos, que pagariam as taxas de imposto de renda geralmente mais baixas praticadas no país onde era feito o investimento. Disse, porém, que as discussões indicavam que os Estados Unidos não aceitariam esse princípio, embora evitassem a bitributação mediante o sistema dos “créditos tributários” pelo qual o imposto pago no país onde a renda se originara era deduzido do imposto pago nos Estados Unidos. A delegação americana, no entanto, dispôs-se a introduzir no sistema uma modificação que faria com que se chegasse aos mesmos resultados propostos pelo Brasil. Por essa razão, concluía Kafka, a comissão brasileira não insistiu na referência explícita ao princípio da territorialidade (*Diário de Notícias* [b]).

Para outro dos assessores técnicos do Ministério da Fazenda, Roberto de Oliveira Campos, ouvido na mesma reportagem do *Diário de Notícias*, os resultados do conclave deveriam ser encarados com modesto otimismo, talvez apenas como uma sementeira, uma vez que a cooperação internacional é obra de maturação política lenta em relação à formulação técnica de uma questão. A seu ver, entretanto, a Conferência do Rio, trazia uma proposta que era digna de destaque: a meta de investimentos. Pela primeira vez, dizia Campos, se inseria no diálogo a convicção de que o fluxo de capitais até então praticado era absolutamente inadequado para as necessidades da América Latina. Nesse sentido, o economista brasileiro considerava que no Quitandinha haviam sido formulados mais nitidamente os objetivos do desenvolvimento latino-americano, embora houvessem aumentado as divergências com os Estados Unidos em relação aos métodos (*Diário de Notícias* [b]).

Apesar de alguns avanços, após aquele primeiro encontro de ministros da Fazenda e Economia da América ficara claro que os obstáculos e desafios a serem enfrentados pelas nações latinas do continente ainda seriam muitos. Os participantes, contudo, saíram dela com a sensação de que de alguma forma estavam contribuindo para pôr em prática certos objetivos de longo prazo para o desenvolvimento econômico.

5. A Instrução 113

Durante a Conferência do Rio, o foco dos comentários na imprensa em relação a Gudin e equipe se concentrou nas discussões em torno à reunião. No mês seguinte, contudo, uma nova Instrução da SUMOC, a de número 113, assinada em 17 janeiro de 1955, reacenderia os debates, principalmente nos setores produtores, sobretudo os paulistas. Naquele contexto de escassez de divisas que emperrava o processo de industrialização, a iniciativa autorizava a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) a “emitir licenças de importação sem cobertura cambial”, que correspondessem “a investimentos estrangeiros no País, para conjuntos de equipamentos ou, em casos excepcionais, para equipamentos destinados à complementação ou aperfeiçoamento dos conjuntos já existentes [...]” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1955).

A Instrução 113 seria uma das medidas mais bem recebidas e duradouras dentre as implementadas pela equipe de liberais liderada por Gudin. Embora também tenha sido objeto de algumas controvérsias, vários analistas do período concordam ao afirmar que a mesma cumpriu um importante papel na internacionalização da economia brasileira, tendo sido um recurso amplamente utilizado por Juscelino Kubitschek para atrair investimentos de empresas multinacionais entre 1956 e 1961 (TAVARES, 1981; BIELSCHOWSKY, 2004; CAPUTO e MELO, 2009).

Dentre as primeiras manifestações publicadas na imprensa em relação ao tema está a da Federação de Indústrias de São Paulo, cujos representantes destacaram positivamente a implementação de uma medida havia muito esperada. O presidente do Departamento de Economia desse organismo, Manoel da Costa Santos, afirmou, no entanto, que o texto teria gerado algumas dúvidas em face da legislação existente as

quais, após estudos mais detalhados, seriam encaminhadas ao ministro da Fazenda (*Correio Paulistano* [c]). Em outra parte da mesma fala, esta reproduzida pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, Costa Santos teria destacado ainda que, de qualquer maneira, a medida “valia como reafirmação dos princípios liberais do titular da pasta da Fazenda” (*O Estado de S. Paulo* [d]).

Alguns representantes de setores como o da tecelagem também celebraram a medida. Em entrevista ao *Correio Paulistano* de 22 de janeiro de 1955, Otto Gutman, da Draper Corporation disse que a nova instrução permitiria que se importassem equipamentos como, por exemplo, teares automáticos, uma vez que a Instrução modificava “o conceito de licença e financiamento desse material, tão necessário ao aperfeiçoamento industrial” (*Correio Paulistano*, [d]).

O setor comercial, por sua vez, também se mostrou favorável à nova medida. No dia 26 de janeiro, também o *Correio Paulistano* publicava as palavras do então presidente da Confederação Nacional do Comércio, João de Vasconcelos, que comentava a boa recepção da Instrução em “vários pontos do país”. O motivo do otimismo, dizia, era que pela primeira vez se estendia “aos produtos gravosos o sistema de exportações até agora vigorante para a exportação do café” (*Correio Paulistano* [e]).

Já o parecer da Associação Comercial de São Paulo considerava a Instrução 113 como “uma modificação total na orientação do governo quanto à aplicação de capitais estrangeiros no Brasil”. Tratava-se de uma atitude considerada louvável pelos representantes do comércio porque, afirmavam, “na situação em que se encontra o país, não há praticamente possibilidade de combate eficiente à inflação, a não ser com o aumento da produtividade” (*O Estado de São Paulo* [e]). A Associação, todavia, referiu-se a algumas ausências na medida destacando entre elas a não menção a uma possível proteção às indústrias nacionais, algo que a instituição acreditava que poderia ser sanado futuramente.

Caso tivesse sobrevivido no comando política econômica por mais do que escassos sete meses, é pouco provável que a equipe de Eugênio Gudín, dentro do espírito favorável ao livre mercado que animava suas principais figuras, se inclinaria a implementar ações protecionistas. Assim, cabe especular que, mesmo dentro de uma medida bem recebida pelas classes produtoras como a Instrução 113, a demanda pela “proteção às indústrias nacionais” teria sido mais um elemento de disputa nos moldes do que ocorrera, como vimos, com as demais instruções.

6. Negociações com o Exterior

Além da apresentação de propostas em reuniões internacionais – como a Conferência do Rio ou a Conferência Interamericana de Investimentos⁹ – e a adoção de medidas de abertura ao capital estrangeiro, outro caminho que seria trilhado para atrair investimentos para o Brasil pela equipe econômica liderada por Gudín foram as conversações diretas com representantes das finanças dos Estados Unidos e de países europeus.

Foi nesse contexto que no início de 1955, o Brasil recebeu o britânico L. F. Crick, um técnico que já conhecia o Brasil por ter participado da chamada “Missão Econômica Britânica” e que como representante de seu país havia estado no Rio de Janeiro em março de 1948 (*Diário da Noite* [a]). Também experiente nas discussões do Plano Marshall e em outras negociações relacionadas à ajuda econômica internacional, Crick, como emissário do Bank of England, chegou em 25 de janeiro para reuniões com os homólogos brasileiros a fim de discutir não somente o intercâmbio comercial entre os dois países, mas também a reforma do acordo de pagamentos assinada em 1954 entre o Brasil e a Inglaterra.

Durante a visita, o britânico foi acompanhado por J. P. Summerscale, encarregado de assuntos econômicos junto à Embaixada da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro, que também havia estado presente na Conferência

⁹ Esse conclave, realizado em Nova Orleans entre 28 de fevereiro e 3 de março de 1955, de certa forma funcionou como complemento à Conferência dos Ministros da Fazenda e Economia, já que também visava discutir as relações entre os interesses financeiros dos Estados Unidos e da América Latina. A ela, o Brasil enviou uma delegação encabeçada pelo empresário Luiz Roberto Vidigal, então presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Econômica Interamericana como convidado especial. Do outro lado da mesa estavam Otávio Gouveia de Bulhões, diretor-executivo da SUMOC, Herculano Borges da Fonseca, assessor técnico da mesma entidade, Edmundo Barbosa da Silva, ministro chefe da Divisão Econômica do Itamarati, Francisco Grieco, encarregado de assuntos europeus, e Alexandre Kafka, do gabinete do Ministro da Fazenda (*Diário de Notícias* [c]). A *Tribuna da Imprensa* registrou no mesmo encontro também a presença de Charles Hargreaves do Banco do Brasil (*Tribuna da Imprensa* [c]).

No dia 28 de janeiro, o *Diário de Notícias* reproduziu reportagem do *Financial Times* de Londres, na qual eram detalhados os objetivos da viagem do representante britânico, cuja maior preocupação, fundamentalmente, era a menor presteza com que os débitos comerciais do Brasil com os exportadores de seu país vinham sendo liquidados nos meses precedentes, com contínuos adiamentos de prazos. Outro dado que inquietava o lado do visitante era a cifra das exportações de produtos manufaturados britânicos para o Brasil que passara, segundo relatado na mesma reportagem, de 50 milhões de libras em 1952, a menos de 16 milhões em 1953, e 7,5 milhões em 1954. Essa situação, previa-se, seria agravada pelas dificuldades encontradas pelo comércio exterior do Brasil, o aumento do custo de vida e a inflação (*Diário de Notícias* [d]).

As negociações com grupos estrangeiros, no entanto, eram vistas com desconfiança por alguns setores políticos, algo que se refletia frequentemente nos jornais brasileiros. Entre as notícias relacionadas a esse aspecto, uma denúncia ocupou particularmente os jornais no início de 1955. No dia 30 de janeiro, a primeira página da segunda seção do *Diário de Notícias* informava sobre a visita de dois executivos da empresa petroleira americana Standard Oil que, segundo o periódico, teria oferecido considerável quantia ao país para que se modificasse a legislação do petróleo e se extinguisse o monopólio estatal. (*Diário de Notícias* [f])

O episódio coincidiu com as demissões do presidente do Conselho Nacional do Petróleo, engenheiro Plínio Cantanhede e do diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, João Cândido de Andrade Dantas, atribuídas pelo jornal a uma suposta manobra do governo para “sufocar o petróleo brasileiro” (*Diário de Notícias* [f]). A proposta da Standard Oil, dizia a reportagem, seria a de abrir um crédito de 500 milhões de dólares ao Brasil “para fornecimento de todas as nossas necessidades em combustíveis líquidos”, equivalente ao consumo do Brasil por dois anos. O crédito seria pago em cruzeiros a serem destinados à perfuração das áreas sedimentares brasileiras pela Standard Oil. A autoria da suposta manobra foi atribuída a um dos assessores de Gudin, Alexandre Kafka:

A conspirata chegou, agora, ao mais alto degrau do poder, depois de tomar fôlego nas escadarias do Ministério da Fazenda e do Itamarati. Por sinal, que a articulação para derrubar o monopólio do petróleo tem, dentro do governo, o seu quartel general no gabinete do ministro da Fazenda. O Sr. Alexandre Kafka, a serviço do Sr. Eugenio Gudin e seu mais notório conselheiro, é quem prepara as notas e tem a seu cargo a estratégia da campanha (*Diário de Notícias* [f]).¹⁰

No dia seguinte à denúncia do *Diário de Notícias*, a *Tribuna da Imprensa* publicou o desmentido do governo no qual se afirmava que a demissão dos dois funcionários em questão se devia exclusivamente à atuação deles em um caso envolvendo os fretes da empresa Transmarin, que haviam custado aos cofres públicos um prejuízo de 30 milhões de cruzeiros. Reafirmava-se ainda o compromisso com a política então vigente para o petróleo [*Tribuna da Imprensa* [d]]. Ainda sobre o mesmo episódio, o *Correio da Manhã*, publicou nota da própria Standard Oil, assinada pelo presidente da empresa no Brasil, M. W. Johnson, na qual declarava que careciam de fundamento as alegações de que a empresa americana teria oferecido qualquer quantia ao Brasil, ou ainda concessões de crédito ao governo (*Correio da Manhã* [g]).

¹⁰ As acusações de “entreguismo” contra a equipe econômica de Gudin eram frequentes e tinham como alvo várias figuras de seu entorno, inclusive o próprio ministro. Alexandre Kafka, porém, era talvez o mais frequentemente atacado, em grande parte devido à origem estrangeira, que gerava desconfiança em alguns setores. Nascido na Tchecoslováquia, de origem judaica, o economista exilou-se no Brasil em 1940 a raiz das perseguições aos judeus na Europa e contra ele, uma das mais caluniosas campanhas foi lançada pelo *Imprensa Popular* durante o mês de dezembro de 1954. Nela acusava-se o tcheco-brasileiro, entre outros, de ser um “espião ianque” informante da embaixada americana, de atuar como censor político da revista *Conjuntura Econômica*, de tentar promover a liquidação da indústria nacional (*Imprensa Popular* [b]), de ter-se infiltrado como “quinta-coluna fugido da Tchecoslováquia”, tendo passando “à ação direta, promovendo a intervenção em vários estabelecimentos bancários (*Imprensa Popular* [c]). A mais irônica de todas, no entanto, quando levamos em conta os motivos que trouxeram Kafka ao Brasil, foi a de, nas palavras – e ortografia – do periódico, ser um “kolaboracionista” tcheco no período da ocupação nazista de seu país” (*Imprensa Popular* [d]).

Essa polêmica, entretanto, não se estendeu por muito tempo e os esforços de Gudin para equilibrar a situação econômica e atrair investimentos estrangeiros, ao tempo que buscava honrar compromissos anteriormente contraídos prosseguiria. Foi com esse objetivo que em março foi anunciado que o governo enviaria à Europa uma pequena missão comercial composta por Edmundo Barbosa da Silva, do Itamarati, Alexandre Kafka, do Ministério da Fazenda e Lázaro Baumann das Neves, funcionário da SUMOC. Segundo o *Diário Carioca*, o grupo que “deveria embarcar em sigilo” – embora o jornal não explique as razões dessa suposta escolha –, visitaria também França, Inglaterra e Suíça (*Diário Carioca* [a]).

Tal como nas reuniões com os representantes ingleses em janeiro de 1955, na Alemanha – onde se uniu à equipe o diplomata Manuel Pio Correa da embaixada do Brasil em Bonn – a equipe técnico-diplomática trataria da revisão do acordo de pagamentos com aquele país, que expiraria em 9 de maio do mesmo ano, e proporia meios para intensificar o intercâmbio comercial bilateral. Pelo acordo então vigente, a Alemanha, naquele momento, adquiria do Brasil somente café e cacau (*Diário da Noite* [b]).

Dentre as possíveis soluções discutidas em Bonn levantou-se a necessidade de um sistema mais amplo, com recurso a uma moeda mais livre, como o dólar. Segundo informado em 30 de março de 1955 em reportagem da agência de notícias *France Press* replicada por vários jornais, as conversas entre brasileiros e alemães se estenderam por mais tempo do que o previsto e incluíram uma visita a Frankfurt para conversas com representantes do Deutscher Laender, um dos bancos credores do Brasil. Por outro lado, dizia a mesma matéria, uma vez que “o sistema de solução adotado nas relações germano-brasileiras” teria repercussões nas relações do Brasil com a Bélgica, a França e a Grã-Bretanha, os representantes brasileiros, na mesma viagem, visitariam Bruxelas, Paris e finalmente Londres, onde seriam esperados no dia 5 de abril (*Diário Carioca* [b]). A agenda, no entanto, não prosseguiria da maneira prevista, já que ao pousar em Londres, os representantes brasileiros receberam a notícia da exoneração de Gudin do cargo de Ministro da Fazenda (Kafka, 1998, p. 75).

Segundo relata Roberto Campos em suas memórias, Gudin teria renunciado após a decisão de Café Filho de ceder às pressões de Jânio Quadros – então governador de São Paulo – para nomear um paulista para a presidência do Banco do Brasil forçando Clemente Mariani, então à frente da instituição e comprometido com uma política anti-inflacionária, a abandonar o cargo (CAMPOS, 1994, p. 248). Uma reportagem do *Correio da Manhã*, no entanto, deixa claro que o compromisso de Café Filho com Jânio Quadros teria ido além, envolvendo a própria pasta da Fazenda:

Espera-se para hoje [6 de abril de 1955] o ato do presidente da República de demissão dos srs. Eugênio Gudin, da pasta da Fazenda, coronel Rodrigo Otávio, da pasta da Viação, e do sr. Clemente Mariani, da presidência do Banco do Brasil. Os três pediram demissão em caráter irrevogável, mal souberam do compromisso firmado entre o governador Jânio Quadros e o presidente Café Filho.

O Ministro Eugênio Gudin teve a notícia de que a sua pasta havia sido negociada por intermédio do sr. Auro Moura Andrade, que lhe exibiu o original do compromisso, despachado pelo sr. Café Filho com um **de acordo**, em carta assinada pelo sr. Jânio Quadros. [Grifo no original]

Ainda ontem, o sr. Jânio Quadros recebeu em conferência o sr. José Maria Whitaker, que se achava acompanhado do secretário da Fazenda, sr. Carvalho Pinto. Presume-se que o sr. José Maria Whitaker vai ser o indicado do governo paulista para suceder o sr. Eugênio Gudin. (*Correio da Manhã* [1])

A especulação do *Correio da Manhã* sobre o nome que sucederia Gudin no Ministério da Fazenda estava correta. Ainda em 6 de abril, Café Filho assinava a nomeação do banqueiro paulista José Maria Whitaker como novo titular da pasta (*O Estado de S. Paulo* [e]). Encerrava-se assim o breve mandato dos liberais do IBRE na Fazenda.

7. Considerações Finais

Este trabalho buscou mostrar a maneira como alguns setores da sociedade brasileira, em particular as classes produtoras, reagiram à tentativa de implementar-se uma agenda de cunho liberal à economia e de interromper-se a marcha dirigista das décadas anteriores.

Para entender parte desse contexto, buscamos revelar, mediante parte do que foi publicado na imprensa do período, algumas manifestações às medidas adotadas pela equipe econômica liderada pelo então chefe da pasta da Fazenda, Eugênio Gudin. Entre elas, demos destaque à recepção das principais Instruções da Superintendência da Moeda e Crédito – 105, 106, 108 e 113 – mediante as quais buscava-se controlar a inflação do período, reverter o ambiente de desconfiança que coibia os investimentos estrangeiros no Brasil e possibilitar uma abertura econômica.

Embora o mandato de Gudin e sua equipe à frente da Fazenda tenha sido de apenas sete meses, o volume de material a respeito do tema na imprensa brasileira permite apenas vislumbrar alguns dos embates que desfilaram nas páginas dos jornais. No entanto, mesmo tratando-se de uma sinopse, é possível perceber a maneira como naquele grave contexto econômico, questões políticas e interesses de classe se tornariam obstáculos a uma mudança de curso mais favorável ao livre mercado depois de quase duas décadas de fortalecimento do papel do Estado na economia.

Pelo lado econômico, a resistência das classes produtoras, embora liberais no discurso, não se mostraram dispostas a uma mudança do modelo econômico. Pelo lado político, embora Café Filho desejasse distanciar-se do legado de seu antecessor, Getúlio Vargas, a necessidade de administrar essa herança de modo a garantir a governabilidade até as eleições de 3 de outubro de 1955, fez com que cedesse aos interesses políticos em jogo. Naquele contexto, parafraseando Roberto Campos, só restou a Gudin, pegar o chapéu, a bengala e demitir-se (CAMPOS, 1994, p. 248).

8. Fontes

8.1 Periódicos

CONJUNTURA ECONÔMICA [a]. Stronger Anti-Inflationary Policy. *Conjuntura Econômica. Economics and Business in Brazil*. Year I, N. 8, November, 1954, pp. 4-6. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

CONJUNTURA ECONÔMICA. ECONOMICS AND BUSINESS IN BRAZIL [a]. Inflationary Pressure Continues. *Conjuntura Econômica. Economics and Business in Brazil*. Year I, N. 9, November, 1954, pp. 4-7. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

CORREIO DA MANHÃ [a]. Organiza-se o Novo Governo Brasileiro. Rio de Janeiro, 27 ago. 1954, p. 10. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

CORREIO DA MANHÃ [b]. Industrialização. Rio de Janeiro, 27 ago. 1954, p. 4. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

CORREIO DA MANHÃ [c]. Tópicos e Notícias/O Único Objetivo. Rio de Janeiro, 27 ago. 1954, p. 4. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

CORREIO DA MANHÃ [d]. A Política Econômica e Financeira do Governo. Rio de Janeiro, 28 ago. 1954, p. 4-5. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

CORREIO DA MANHÃ [e]. Com o Ministro da Fazenda. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1954, p. 8. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

CORREIO DA MANHÃ [f]. Conferência Econômica Interamericana. Rio de Janeiro, 30 out. 1954, p. 3. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

CORREIO DA MANHÃ [g]. Proposta para a Estabilização dos Preços do Café. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1954, p. 1. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

CORREIO DA MANHÃ [h]. Os quinhentos Milhões de Dólares. Uma Nota da Standard Oil. Rio de Janeiro, 2 fev. 1955, p. 3. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

CORREIO DA MANHÃ [i]. A inflação aguda estrangula o desenvolvimento econômico do país. Rio de Janeiro, 15 mar. 1955, p. 1 [Seção 2]. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

CORREIO DA MANHÃ [j]. Missão Brasileira a Londres. Rio de Janeiro, 30 mar. 1955, p. 4. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

CORREIO DA MANHÃ [k]. Brasil-Alemanha. Rio de Janeiro, 30 mar. 1955, p. 3. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

CORREIO DA MANHÃ [l]. Exoneram-se os ministros da Fazenda e Viação e o Presidente do Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 6 abr. 1955, p. 12. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

CORREIO PAULISTANO [a]. Manifestam-se os Banqueiros Paulistas sobre as Últimas Portarias da SUMOC. São Paulo, 30 de outubro de 1954, p. 6. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

CORREIO PAULISTANO [b]. A Instrução 108 é um dos meios benéficos de combate à inflação. São Paulo, 7 nov. 1954, p. 7. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

CORREIO PAULISTANO [c]. Investimentos Estrangeiros e Reequipamento da Indústria Nacional. São Paulo, 21 jan. 1955, p. 3. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

CORREIO PAULISTANO [d]. Reunião do Sindicato da Indústria da Fiação e Tecelagem em Geral. São Paulo, 22 jan. 1955, p. 13. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

CORREIO PAULISTANO [e]. O comércio e as novas instruções da SUMOC. São Paulo, 26 jan. 1955, p. 6. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

DIÁRIO CARIOCA [a]. Missão Comercial do Brasil Vai à Alemanha (sigilo). Rio de Janeiro, 26 mar. 1955, p. 1. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

DIÁRIO CARIOCA [b]. Em Bonn as Negociações Germano Brasileiras. Rio de Janeiro, 30 mar. 2020, p. 5. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DA NOITE [a]. O Embaixador da Inglaterra e a Missão Econômica Britânica em Visita à Fábrica Bangú. Rio de Janeiro, 4 mar. 1948, p. 3. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DA NOITE [b]. A Alemanha Precisa Comprar Mais no Brasil. Rio de Janeiro, 29 mar. 1955, p. 3. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS [a]. Em Discussão Agora o Projeto do Brasil sobre Bitributação. Rio de Janeiro, 1 dez. 1954, p. 1. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS [b]. Opinam Membros da Delegação do Brasil sobre a Conferência. Rio de Janeiro, 3 dez. 1954, p. 2. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS [c]. Hoje no Itamarati o Início das Conversações com a Grã-Bretanha. Rio de Janeiro, 26 jan. 1955, p. 1 [Segunda Seção]. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS [d]. Ontem no Itamarati o Primeiro Encontro entre os Representantes Anglo-Brasileiros. Rio de Janeiro, 28 jan. 1955, p. 1 [Segunda Seção]. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS [e]. Investida do Ministro da Fazenda contra o Desenvolvimento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro, 28 jan. 1955, p. 1 [Segunda Seção]. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS [f]. 500 Milhões de Dólares para Sufocar o Petróleo Brasileiro. Rio de Janeiro, 30 jan. 1955, p. 1 [Segunda Seção]. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS [g]. Será Assinado no Rio o Acordo com a Alemanha. Rio de Janeiro, 27 mar. 1955, p. 9. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS [i]. Prosseguem As Negociações entre o Brasil e a Alemanha. Rio de Janeiro, 30 mar. 1955, p. 1. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

IMPrensa POPULAR [a]. Consegue Gudin Descontentar os Próprios Banqueiros. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1954, p. 2. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

IMPrensa POPULAR [b]. Um Espião Ianque ao Lado de Gudin. Rio de Janeiro, 2 dez. 1954, p. 1. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

IMPrensa POPULAR [c]. Gudin Inicia a Derrocada nos Bancos de S. Paulo. Rio de Janeiro, 18 dez. 1954, p.1. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

IMPrensa POPULAR [d]. Quem É o Estrangeiro que Faz as Leis no Brasil. Rio de Janeiro, 21 dez. 1954, p. 1. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

JORNAL DO DIA. Promissor Futuro das Relações Brasil-Alemanha. Porto Alegre, 30 mar. 1955, p. 1. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

O ESTADO DE SÃO PAULO [a]. Limitada a Expansão do Crédito Através do Sistema Bancário. São Paulo, 23 de outubro de 1954, p. 1. Acervo Estadão.

O ESTADO DE S. PAULO [b]. Exame de Medidas da SUMOC na Entidade da Indústria Paulista. São Paulo, 30 de outubro de 1954, p. 10. Acervo Estadão.

O ESTADO DE SÃO PAULO [c]. Encerrada A Sexta Convenção dos Industriais do Interior do Estado. São Paulo, 16 de novembro de 1954, p. 10. Acervo Estadão.

O ESTADO DE S. PAULO [d]. Aplauda a indústria paulista a realização de Paulo Afonso. São Paulo, 21 jan. 1955, p. 11. Acervo Estadão.

O ESTADO DE S. PAULO [e]. Nomeado ministro da Fazenda José Maria Whitaker. São Paulo, 7 abr. 1955, p. 36. Acervo Estadão.

O JORNAL [a]. Grupos do Mercado do Café Pedem a Desvalorização. Rio de Janeiro, 21 set. 1954, p. 1. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

O JORNAL [b]. 'Time' salienta o êxito de Gudin. Rio de Janeiro, 8 out. 1954, p. 1. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

O JORNAL [c]. Requerida a Convocação à Câmara de Eugênio Gudin. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1954, p. 3. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. Gudin Enfrenta a Inflação. Rio de Janeiro, ano XIX, n. 225, nov. 1954, p. 66. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

TRIBUNA DA IMPrensa [a]. Nova Política Econômica, Anuncia o Ministro. Rio de Janeiro, 27 ago. 1954, p. 1-2. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

TRIBUNA DA IMPrensa [b]. Os Sete Pontos Principais da Nova Política Econômica. Rio de Janeiro, 28-29 ago. 1954, p. 2. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

TRIBUNA DA IMPrensa [c]. Intercâmbio Comercial Anglo-Brasileiro. Rio de Janeiro, 28 jan. 1955, p. 6. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

TRIBUNA DA IMPrensa [d]. Nenhuma Ameaça à Petrobrás. Rio de Janeiro, 31 jan. 1955, p. 2. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

ÚLTIMA HORA. Coluna de Última Hora. A "Técnica" do Prof. Gudin. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1954, p. 3. Hemeroteca Digital/ Fundação Biblioteca Nacional.

8.2 Documentos

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Instrução N. 105. Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), 17 jan. 1955. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/instrucoessumoc/SUMOCINST105-instrucao105.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Instrução N. 106. Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), 17 jan. 1955. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/instrucoessumoc/SUMOCINST106-instrucao106.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Instrução N. 108. Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), 17 jan. 1955. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/instrucoessumoc/SUMOCINST108-instrucao108.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Instrução N. 113. Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), 17 jan. 1955. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/instrucoessumoc/>

[SUMOCINST113-instrucao113.pdf](#). Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL [a]. Ministério da Fazenda. *Diário Oficial da União* (Seção I). Rio de Janeiro, 14 set. 1954, p. 15.387.

BRASIL [b]. Ministério das Relações Exteriores. Decretos de 16 de novembro de 1954. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 16 nov. 1954, p. 18.275 (Seção I).

CAFÉ FILHO, João. Discurso radial pronunciado em 14 de setembro de 1954. Arquivo Café Filho. Produção Intelectual/CF pi Café Filho, J.1954.09.14. Documento virtual. FGV-CPDOC, p. 2. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/ARQ_CF_PI/72. Acesso em: 28 jan. 2023.

CARTA de Alexandre Kafka a Donald Pierson. Virgínia, EUA, 28 mai. 1961. Correspondência. Acervo Donald Pierson. Arquivo Edgard Lehuenroth (AEL). Universidade de Campinas (Unicamp).

INSTITUTE OF INTER-AMERICAN AFFAIRS. *The Development of Brazil: Report of the Joint Brazil-United States Economic Development Commission*. Washington, D.C., 1954.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Annual Report. 1951*. Washington D.C., 11 sep. 1951.

USA. DEPARTMENT OF STATE. Meeting of Ministers of Finance or Economy of the American Republics as the Fourth Extraordinary Meeting of the Inter-American Economic and Social Council (Rio Economic Conference), held at Quitandinha, Brazil, November 22-December 2, 1954. *Foreign Relations of the United States. Volume IV. The American Republics*, Washington, United States Government Printing Office, 1983.

9. Bibliografia

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004 [Reimpressão 2016].

CAMPOS, Roberto. *A Técnica e o Riso*. Rio de Janeiro: Edições APEC, 1966.

CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, set. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612009000300003>. Acesso: 28 jan. 2023.

DE PAIVA, Glycon. Investimentos Internacionais Privados. *Digesto Econômico*, v. 11, n. 122, pp. 13-32, mar.-abr. 1955. Associação Comercial de São Paulo, São Paulo.

FGV. CORREIO da Manhã (Verbetes). CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>. Acesso em: 28 jan. 2023.

KAFKA, Alexandre. 1954. O Impacto do Novo Salário Mínimo. *Revista Brasileira de Economia*, v. 8, n. 4: 7-60. Rio de Janeiro: IBRE-FGV.

KAFKA, Alexandre. 1956. The Brazilian Exchange Auction System. *The Review of Economics and Statistics*, vol. 38, n. 3, August: 308-322. Disponível em: *JSTOR*, <https://doi.org/10.2307/1925782>. Acesso: 28 jan. 2023.

KAFKA, Alexandre. *Depoimento*. Brasília: Banco Central do Brasil/CPDOC/FGV, 1998.

TAVARES, M. C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.